

CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DEPUTADO FEDERAL DOUGLAS VIEGAS

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 3.257, DE 2025

Institui o Dia Nacional do Bibliófilo.

Autora: Deputada FERNANDA PESSOA

Relator: Deputado DOUGLAS VIEGAS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.257, de 2025, da Deputada Fernanda Pessoa, institui o Dia Nacional do Bibliófilo. Pelo art. 1º, fica instituído o dia 23 de abril como dia Nacional do Bibliófilo, celebrado, anualmente, em todo território nacional. O art. 2º contém a cláusula de vigência imediata.

A proposição foi distribuída às Comissões de Cultura (CCult) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), com apreciação conclusiva nesses colegiados e regime ordinário de tramitação.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR





O Projeto de Lei nº 3.257, de 2025, da Deputada Fernanda Pessoa, institui o Dia Nacional do Bibliófilo. O bibliófilo desempenha papel de extrema relevância na vida dos livros e dos leitores, uma vez que cultiva, coleciona e cuida do objeto livro e tem papel fundamental na difusão da prática de leitura e no estímulo à democratização da cultura. Nas palavras da Autora da proposição:

"No Brasil, dois nomes se destacam neste mister. O primeiro deles foi o saudoso empresário José Mindlin, de ascendência ucraniana, que por anos a fio foi considerado o maior bibliófilo do país. Mesmo antes de sua morte, a chusma de Mindlin foi superada pelo acervo do cearense José Augusto Bezerra, empresário, escritor, intelectual, imortal da academia cearense de letras e de vários outros sodalícios mundo afora.

José Augusto mantém um acervo de 40 mil livros e documentos raros que o transformaram no maior bibliófilo do Brasil. Em tempo: todo este império de papel é mantido pelo escritor, filho de Alto Santo, às suas próprias expensas".

Como se pode constatar, a iniciativa se recobre de mérito cultural e poderá promover ainda mais a difusão do livro e da leitura. A escolha da data para a celebração coincide com o Dia Mundial do Livro, comemorado em 23 de abril de cada ano.

No que se refere ao estabelecimento de datas nacionais, o § 2º do art. 215 da Constituição Federal de 1988 estabelece que "a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais". Pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010 (que regula o dispositivo constitucional em questão), "a definição do critério de alta significação será dada, em cada caso, por meio de consultas e audiências públicas realizadas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados" (art. 2º). De acordo com a mesma lei, "a proposição de data comemorativa será objeto de projeto de lei, acompanhado de comprovação da realização de consultas e/ou





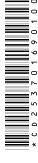
audiências públicas a amplos setores da população, conforme estabelecido no art. 2º desta Lei" (art. 4º).

Quanto ao atendimento do disposto na Lei nº 12.345/2010, há entendimento firmado nas Questões de Ordem nº 260/2025 e nº 262/2025, de 5 de maio de 2025, de que os requisitos exigidos pela referida lei, especialmente a realização de audiências públicas (art. 4º), "devem ser satisfeitos ao longo da tramitação legislativa bicameral, não necessariamente no momento da apresentação da proposição". Conforme decidido pela Presidência desta Casa, "a audiência pública, como mecanismo essencial de participação popular e de embasamento da discussão parlamentar, pode ser realizada durante as fases subsequentes da tramitação". Desse modo, sua ausência, neste momento, não configura impedimento para a continuidade da tramitação e apreciação desta matéria nas Comissões.

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.257, de 2025.

Sala da Comissão, em 30 de setembro de 2025.

Deputado DOUGLAS VIEGAS Relator





2025-16598



